



Tribunal de Contas

ESTADO DE PERNAMBUCO

INFORMATIVO

QUINZENAL - Nº 433

Prazo para Explicações

O TCE deu 10 dias de prazo, a partir da data da notificação, ao secretário estadual de saúde, André Longo, para dar explicações sobre o desabastecimento da Farmácia do Estado, que não tem disponíveis, no momento, 139 dos 231 itens que são fornecidos gratuitamente à população para o tratamento de doenças crônicas. A notificação foi assinada pelo conselheiro Carlos Porto.

Índice de Transparência

Melhorou em 2018 o índice de transparência nos municípios e câmaras de vereadores de Pernambuco em



relação ao ano anterior, de acordo com levantamento divulgado pelo Tribunal de Contas do Estado. Das 184 prefeituras, 136 (73,9%)

evoluíram no índice de transparência, 39 (21,2%) se mantiveram no mesmo nível e apenas 9 (4,9%) pioraram em relação a 2017. O TCE enquadra as prefeituras e câmaras em cinco níveis: desejado, moderado, insuficiente, crítico e inexistente.

Câmaras arbitrais

Os conselheiros Dirceu Rodolfo (vice-presidente) e Marcos Nóbrega (substituto) representaram o Tribunal de Contas no I Seminário sobre Arbitragem e Administração pública promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil de Pernambuco. O tema, ainda pouco estudado no Brasil, abordou a importância das câmaras arbitrais como método de solução de conflitos na gestão pública.

Controle preventivo

Uma análise prévia realizada pelo TCE num Pregão Presencial da Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho resultou numa economia de R\$ 8.021.089,97 para os cofres do município. O Pregão destinava-se à contratação de empresa para o fornecimento de refeições aos estudantes da rede municipal. O TCE detectou o sobrepreço, levando a prefeitura a revogar o edital, substituindo-o por outro, resultando numa economia mensal de R\$ 267.369,66.

Voto de pesar



DIVULGAÇÃO

O TCE aprovou na última quarta-feira (24) um voto de pesar pela morte do advogado e ex-deputado federal Fernando Vasconcelos Coelho. Ele era tio do presidente Marco Loreto e se destacou em Pernambuco como presidente da OAB-PE, parlamentar, presidente do Ipsep, diretor regional do BNB e coordenador da Comissão Estadual da Verdade que apurou os casos de violação aos direitos humanos ocorridos em Pernambuco durante o regime militar. Tinha 86 anos de idade e foi sepultado em João Pessoa (PB).

Concurso público



Atendendo a uma representação do Ministério Público de Contas, o TCE realizou uma auditoria especial na prefeitura de Afrânio para verificar a prática recorrente de contratações temporárias em detrimento do concurso público. O último concurso realizado lá foi em 2010. Foi dado um prazo de 180 dias ao prefeito Rafael Antonio Cavalcanti para que faça um levantamento sobre as necessidades de pessoal a fim de realizar o certame.

Palestra sobre crise fiscal



FOTO: THIAGO BERGAMASCO/TCE-MT

O conselheiro e ex-presidente da Atricon, Valdecir Pascoal (PE), foi palestrante, em Cuiabá, na última quinta-feira, no seminário intitulado "Ajuste fiscal ou descontrolado". O evento foi promovido pelo TCE-MT e teve também a participação do ex-governador Paulo Hartung (ES), do economista Raul Velloso e do ministro substituto do TCU Weder de Oliveira. Pascoal apresentou em primeira mão um estudo recente do Banco Mundial segundo o qual a arrecadação de receitas próprias pelos municípios aumenta na proporção em que os cidadãos participam da gestão pelo orçamento participativo ou conselhos municipais.

Medida Cautelar (I)

Ad referendum da Primeira Câmara, a conselheira Teresa Duere expediu Medida Cautelar na última quarta-feira (24) determinando à Prefeitura de Betânia que se abstenha de praticar qualquer ato referente a processos licitatórios destinados à aquisição de medicamentos e material escolar. A Inspeção Regional de Arcoverde, responsável pela fiscalização, identificou indícios de sobrepreço em relação a gastos feitos em anos anteriores.

Medida Cautelar (II)

A Segunda Câmara do TCE referendou, na última quinta-feira, Medida Cautelar expedida monocraticamente pelo conselheiro Dirceu Rodolfo para determinar ao prefeito de Olinda, Lupércio Nascimento, a suspensão do contrato firmado com a empresa Adlim Terceirização em Serviços Especializados Ltda. Auditoria especial vai apurar por que 22 empresas que participaram do Pregão foram desclassificadas.



www.tce.pe.gov.br

Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Diretoria de Comunicação | 81 3181.7671 | imprensa@tce.pe.gov.br

Ouvidoria | 0800 081 1027